



**EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COM O BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO DO IFSULDEMINAS CAMPUS PASSOS**

**DROPOUT IN HIGHER EDUCATION: A STUDY WITH THE BACHELOR'S
DEGREE IN ADMINISTRATION AT IFSULDEMINAS CAMPUS PASSOS**

Luzia Rezende Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS
luzia.rodrigues@alunos.ifsuldeminas.edu.br
<https://orcid.org/0009-0002-8767-0105>

João Francisco Sarno Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS
joao.sarno@ifsuldeminas.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-8815-4773>

Alyce Cardoso Campos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS
alyce.campos@ifsuldeminas.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6903-9542>

Júlio César da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - IFSULDEMINAS
julio.silva@ifsuldeminas.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1644-6053>

Resumo

A evasão no ensino superior é um desafio que afeta instituições e o desenvolvimento socioeconômico do país. Este estudo analisou a correlação entre características dos alunos e a evasão no curso de Administração do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Passos. A partir de dados anônimos do setor de registro acadêmico, foram realizadas análises quantitativas com o uso do software R, aplicando-se um modelo de regressão linear binário. Identificou-se uma taxa de evasão de 67% desde a criação do curso. Os alunos evadidos eram, em sua maioria, mulheres, egressos de escolas públicas, com menos de 29 anos e renda familiar entre 1 e 2,5 salários-mínimos. Entre as variáveis analisadas, apenas a renda mostrou

significância estatística, evidenciando o papel dos fatores socioeconômicos na evasão. Embora outras características indiquem tendências relevantes, o estudo destaca a urgência de políticas de assistência estudantil que enfrentem as desigualdades econômicas. Conclui-se que a evasão é um fenômeno multifatorial que requer ações integradas envolvendo suporte financeiro, acompanhamento pedagógico e acolhimento institucional, visando a permanência e o sucesso dos estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Abandono escolar; Políticas Assistenciais; Políticas Públicas; Retenção escolar.

Abstract

Dropout in higher education is a challenge that impacts both institutions and the country's socioeconomic development. This study analyzed the correlation between student characteristics and dropout rates in the Administration program at the Federal Institute of Southern Minas Gerais – Passos Campus. Using anonymous data from the academic records department, quantitative analyses were conducted with the R software, applying a binary linear regression model. A 67% dropout rate was identified since the program's inception. Most students who dropped out were women, graduates of public schools, under 29 years old, and from families with a monthly income between 1 and 2.5 minimum wages. Among the variables analyzed, only income showed statistical significance, highlighting the influence of socioeconomic factors on dropout decisions. Although other characteristics revealed relevant trends, the study emphasizes the urgency of implementing student assistance policies to address economic inequalities. It concludes that dropout is a multifactorial phenomenon that requires integrated actions involving financial support, pedagogical monitoring, and institutional engagement to promote student retention and academic success in higher education.

Keywords: School dropout; Welfare Policies; Public Policies; School retention.

1. Introdução

A evasão nos cursos superiores no Brasil é um problema complexo que afeta tanto as instituições de ensino quanto o desenvolvimento social e econômico do país (Silva Filho et al., 2007). Esse fenômeno envolve a desistência ou interrupção dos estudos antes da conclusão do curso, sendo influenciado por diversos fatores, como questões socioeconômicas, falta de

preparo acadêmico, dificuldades pessoais e problemas estruturais nas instituições (Nierotka, Salata, & Martins, 2023). O Mapa do Ensino Superior no Brasil, divulgado em 2024 pelo SEMESP, revela que a taxa de evasão nacional foi de 27,7% em 2022, com um aumento na taxa de evasão na rede pública de 2,7% em relação a 2021, enquanto na rede privada o aumento foi de 1% (SEMESP, 2024).

Nos cursos de Administração no Brasil a evasão mostra-se como um problema e ocorre por diversos fenômenos, tais como: conciliar trabalho com o estudo; cansaço físico e mental; reprovação em disciplinas do início do curso e dificuldades em disciplinas que possuem cálculos e aplicações de matemática (Penna, 2024; Araújo & Silva, 2024; Alcantara & Silva, 2024).

É relevante compreender as causas subjacentes da evasão, pois esta gera impactos significativos tanto para o indivíduo quanto para o desenvolvimento social do país. Compreender esse fenômeno no contexto específico de cada instituição e sua comunidade local é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e mitigação, visando reduzir a evasão e seus efeitos negativos. As características da evasão estudantil no ensino superior representam uma preocupação significativa para instituições educacionais, governos e sociedade em geral. Compreender o perfil dos estudantes que abandonaram seus cursos é relevante para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção.

A evasão no ensino superior tem impactos não apenas na realização individual dos estudantes, mas também nas esferas social e econômica, comprometendo investimentos essenciais para o desenvolvimento sustentável do país. Compreender as razões por trás da evasão é relevante para promover igualdade de oportunidades e aprimorar a qualidade do ensino superior. Fatores como questões socioeconômicas, dificuldades acadêmicas, desafios psicológicos e falta de suporte institucional influenciam a decisão de abandonar os estudos. Estudar esses padrões de evasão pode orientar a criação de programas de orientação eficazes e políticas públicas educacionais mais inclusivas, como destaca a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (Brasil, 1996).

Com isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar a existência de correlação entre as principais características dos alunos que tomam a decisão de evasão do curso de Administração do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Passos.

A relevância deste estudo está atrelada ao seu foco em uma instituição de ensino específica e ainda pouco explorada academicamente no contexto da evasão: os Institutos Federais (IFs). Como instituições relativamente recentes no panorama da educação brasileira, os IFs representam uma proposta inovadora de ensino técnico e superior, voltada para a

interiorização do conhecimento e a inclusão social. No entanto, a evasão nos cursos superiores desses institutos ainda carece de estudos aprofundados que considerem suas particularidades regionais, pedagógicas e estruturais. Investigar o caso do curso de Administração do IFSULDEMINAS – Campus Passos, portanto, não apenas contribui para a compreensão de um fenômeno local, mas também oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas à realidade dessas instituições em expansão.

2. Referencial Teórico

A evasão escolar é um tema recorrente nas discussões sobre educação, sendo definida como a interrupção do ciclo de estudos de um indivíduo. De acordo com a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, criada em 1995, a evasão é a “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (ANDIFES, 1996, p. 15), representando um dos maiores desafios no ensino superior brasileiro, tanto público quanto privado (Lobo, 2012). Este fenômeno é uma significativa perda social, acadêmica e econômica, especialmente no setor público, resultando em investimentos sem o devido retorno (Silva Filho et al., 2007). O Mapa do Ensino Superior do Brasil, divulgado pela SEMESP, revela que a taxa de desistência supera a de conclusão de cursos no país (SEMESP, 2024).

A decisão de abandonar um curso é influenciada por uma combinação de fatores interligados que refletem a complexidade da evasão acadêmica, conforme apontam Nagai e Cardoso (2017) e Montes e Mendes (2021): i) fatores pessoais, como saúde mental e motivação; ii) acadêmicos, como desempenho insatisfatório e dificuldades com o currículo; iii) institucionais, relacionados à qualidade do ensino e ao suporte da instituição; iv) sociais, incluindo o impacto das relações interpessoais e o ambiente universitário; v) econômicos, como dificuldades financeiras; e vi) violência no ambiente escolar e ao redor dele. Essas variáveis interagem e influenciam diretamente a decisão do estudante de evadir (Roman et al., 2022; Nagai & Cardoso, 2017).

As discussões sobre a evasão existem desde a década de 70 e, conforme Nagai e Cardoso (2017), envolvem a identificação de fatores, a definição de padrões e tendências, além do mapeamento das causas e consequências desse fenômeno. Ao longo das décadas, diferentes abordagens foram propostas para entender e lidar com a evasão, considerando as múltiplas dimensões desse problema complexo. O estudo conduzido por Alves da Cunha et al. (2015) investigou a evasão e o atraso na conclusão dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, destacando como as taxas de evasão variam conforme o tipo de instituição acadêmica. Já Lima e Fagundes (2020) apontam falhas nas conduções das políticas públicas

educacionais como fatores decisivos para a evasão em cursos de Administração de instituições de ensino superior.

Os resultados Alves da Cunha et al. (2015) mostraram que os cursos de Ciências Contábeis apresentaram taxas de evasão menores em universidades e centros universitários, enquanto os cursos de Administração de Empresas registraram taxas mais altas de evasão em faculdades, escolas, institutos e centros de ensino tecnológico. Embora esses achados não sejam generalizáveis, eles apontam padrões que podem influenciar políticas educacionais e estratégias institucionais para melhorar a retenção e a conclusão dos cursos, contribuindo para o crescimento econômico e a qualidade de vida dos estudantes.

Em sua pesquisa, Furtado e Alves (2012) realizaram uma análise dos fatores determinantes da evasão universitária na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). O estudo apontou um exemplo claro de fator interno à instituição, uma vez que pelos resultados da pesquisa concluiu-se que algumas variáveis pesquisadas possuem relação crescente à evasão e outras variáveis possuem relação inversa a esse fenômeno, como a variável disciplinas cursadas, na qual um número maior de disciplinas cursadas por semestre reduzia as chances de o estudante evadir.

Rodrigues et al. (2020) também conduziram uma análise sobre o perfil dos estudantes que optaram pela evasão no Instituto Federal de Minas Gerais – campus Piumhi, centro-oeste mineiro. Observando expressividade nos testes estatísticos das variáveis sexo, estado civil, antecedente escolar e renda familiar, o estudo mostrou, a partir das análises realizadas, que a questão socioeconômica é um fator que influencia direta e indiretamente na decisão de evasão daqueles estudantes.

A pesquisa de Mello et al. (2012) teve como objetivo identificar os elementos que influenciam a evasão no curso de administração em uma universidade pública no sul do Brasil. Com uma abordagem qualitativa, os resultados mostraram uma tendência de maior evasão entre os homens, o que foi corroborado pelos estudos de Furtado e Alves (2012) e Rodrigues et al. (2020). Além disso, Mariuzzo (2023) analisou os avanços nas iniciativas de inclusão de grupos raciais historicamente marginalizados no ensino superior, destacando que, apesar do progresso, as políticas públicas ainda precisam de ajustes para garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes, indo além do simples acesso.

Picanço e Costa (2023) abordaram a eficácia das políticas de ações afirmativas, com foco nas cotas raciais e sociais, destacando seus impactos na inclusão e na democratização do acesso ao ensino superior. O estudo discutiu os desafios enfrentados por essas políticas e sugeriu melhorias para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes

beneficiados. Por outro lado, Nierotka, Salata e Martins (2023) investigaram os fatores que contribuem para a evasão na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), identificando o desempenho acadêmico insatisfatório, a falta de integração social e acadêmica como fatores críticos. A pesquisa enfatizou a importância de políticas institucionais de apoio, como acompanhamento pedagógico e atividades que fortaleçam o vínculo dos estudantes com a universidade.

Além de estudar as causas da evasão, Araújo et al. (2023) propuseram ações para os serviços de apoio estudantil visando a permanência na graduação. A pesquisa, que utilizou dados quantitativos e qualitativos de estudantes evadidos de uma universidade federal, sugeriu que a evasão é influenciada por fatores pessoais e contextuais, internos e externos às instituições de ensino. As intervenções de orientação acadêmica e profissional foram apontadas como fundamentais para contribuir com estratégias de permanência no ensino superior.

Já o artigo de Santos e Garcia (2024) teve como objetivo analisar a produção bibliográfica brasileira sobre a evasão de estudantes de graduação entre 1990 e 2024, abordando as concepções do termo, suas causas e efeitos, bem como as ações para seu enfrentamento. A revisão revelou que a evasão é um fenômeno complexo e multifatorial, que ainda carece de uma definição clara, o que pode impactar sua medição. As consequências da evasão são diversas e nem sempre negativas. Em relação às ações de combate, o estudo enfatizou a importância de abordagens que considerem a multicausalidade do problema e o nível em que as intervenções serão aplicadas.

Em seu estudo, Kückelhaus et al. (2017) investigaram as causas da evasão universitária na Faculdade ITOP, com foco no curso de Administração, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. A pesquisa buscou responder aos motivos da evasão e propor soluções para mitigar esse problema. Através de entrevistas com os alunos evadidos, foram identificados fatores como dificuldades financeiras, a necessidade de trabalhar, mudança de cidade e a migração para cursos em universidades públicas. Os resultados mostraram que a maioria dos evadidos era composta por mulheres e sugeriram que a instituição deve implementar ações como acolhimento de calouros, acompanhamento contínuo dos alunos e eventos de orientação vocacional e profissional para reduzir a evasão e reter os estudantes na graduação.

Com o objetivo de verificar as chances de evasão no ensino superior brasileiro com base na origem social dos estudantes, Paula e Picanço (2024) utilizaram de análise dos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Censo da Educação Superior entre 2014 e 2019 para sua pesquisa. O trabalho focou em identificar estudantes que abandonaram os cursos em que ingressaram e não retornaram posteriormente. Os resultados, obtidos por meio de

modelos de regressão logística multinível, revelaram desigualdades raciais e socioeconômicas significativas nas chances de evasão. Essas disparidades variam conforme as características dos cursos e das instituições, sendo mais pronunciadas em cursos de bacharelado e em instituições privadas.

Considerando a abordagem feita por Prestes (2014), a evasão provoca três diferentes tipos de perdas, sendo elas perdas sociais, econômicas e o descumprimento da política gerencial da instituição. Assim, as consequências desse fenômeno reverberam não só no indivíduo, mas na sociedade como um todo e, portanto, configura uma adversidade que deve ser de interesse comum, de importante pauta social e principalmente dentre as discussões dos órgãos de governança estudantis.

3. Metodologia

A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem metodológica descritiva, fundamentada na análise quantitativa de dados provenientes do setor de registro acadêmico da instituição. Esta abordagem foi adequada devido à existência de discussões e análises prévias sobre a problemática da evasão no contexto geral de ensino.

Como fonte, foram utilizados dados referentes aos estudantes evadidos no período compreendido desde o início do curso de Administração no campus Passos, em 2015, até o primeiro semestre do ano de 2024, quando se teve dados do ano-exercício já fechado e formalizados. Tais dados foram compartilhados de forma descaracterizada respeitando as premissas éticas e garantindo a proteção dos dados dos indivíduos conforme prevê a LGPD - Lei Federal 13.709/18 Geral de Proteção de Dados. Além disso, foi elaborado e assinado pelos pesquisadores um registro de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma vez que a pesquisa envolveu dados já pertencentes ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Para conformidade final, o projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisa (CEP) do IFSULDEMINAS e aprovado sob o código CAAE: 83725024.0.0000.8158.

Por meio da análise estatística dos dados anônimos, foram selecionadas variáveis embasadas pelos estudos e premissas sociais, tentando desenhar um cenário geral e, com o apoio do *software* R de análise estatísticas, buscou-se verificar quantitativamente a dependência e correlação entre as variáveis selecionadas. As variáveis analisadas estão descritas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Descrição das Variáveis Analisadas

Variável	Descrição
Sexo	Masculino ou Feminino
Etnia	Branco, Pardo, Preto, Não declarado
Renda per capita	0,5<RFP<=1,0 1,0<RFP<=1,5 1,5<RFP<=2,5 2,5<RFP<=3,5 Maior de 3,5 Não declarado
Procedência habitacional	Rural ou Urbano
Tipo de escola egressa	Pública ou Privada
Estado civil	Solteiro, Casado, Divorciado e Não declarado
Tipo de Ingresso	Ações Afirmativas, Ampla Concorrência, Ampla Concorrência SISU
Faixa etária	18 anos ou mais

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os dados foram analisados a partir do uso da técnica de regressão logística R, técnica mais adequada para tratar variáveis dependentes dicotômicas (Fernandes et al., 2020). Foram utilizadas 100 observações, pois, ao tratar os dados, foi necessário excluir aqueles estudantes com dados ausentes em alguma das variáveis analisadas de modo a garantir a completude do conjunto de dados. As variáveis categóricas foram convertidas para o formato de fatores no *software* R. Foi ajustado um modelo de regressão logística binária, com a variável dependente status (0 = Evadido, 1 = Formado) e as variáveis independentes mencionadas. Essa categorização foi realizada pelo fato de os estudantes considerados matriculados ainda se encontrarem em processo de formação e não possuírem desfecho definitivo para análise.

A significância estatística foi avaliada a um nível de 5% ($p < 0,05$). O poder explicativo do modelo foi avaliado utilizando o Pseudo R^2 de McFadden. Os coeficientes do modelo foram convertidos em Odds Ratios (OR) para facilitar a interpretação dos efeitos das variáveis independentes.

Esta abordagem metodológica permitiu não apenas identificar padrões e tendências relacionadas à evasão no curso de Administração, mas também contribuiu para uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam a decisão dos estudantes em abandonar os estudos. Além disso, os resultados obtidos podem subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes para reduzir os índices de evasão, promovendo ações preventivas e corretivas que melhorem a retenção e o sucesso acadêmico dos estudantes.

4. Resultados

Para melhor compreensão da proposta, os resultados foram apresentados em duas etapas: a primeira versa sobre os resultados descritivos da pesquisa. A segunda, apresenta os resultados estatísticos com o modelo de regressão logística binária utilizado.

4.1. Resultados Descritivos

A análise dos dados revelou que a maioria dos estudantes é do sexo feminino (52%) e proveniente de escolas públicas (95%). Além disso, 67% dos estudantes têm menos de 29 anos e 60% declararam renda familiar per capita entre 1 e 2,5 salários. No entanto, a taxa de evasão é alarmante, com 67% dos estudantes abandonando o curso e apenas 33% concluindo-o. Essa elevada taxa de evasão reforça a necessidade de uma análise profunda e multifatorial dos fatores que levam os estudantes a abandonarem os cursos, conforme o fenômeno da evasão ser influenciado por aspectos pessoais, acadêmicos, institucionais e socioeconômicos (Furtado & Alves, 2012).

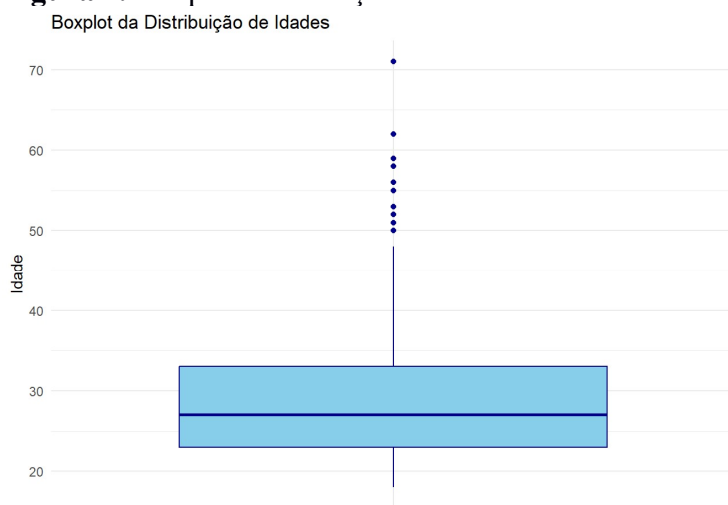
A predominância de estudantes do sexo feminino está em consonância com as tendências nacionais, como apontado pelo Mapa do Ensino Superior de 2024, que observou um aumento de 7,4% nas matrículas de alunas na rede privada entre 2021 e 2022, com a participação feminina sempre superior à masculina (SEMESP, 2024). Esse dado reflete a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente após as políticas de inclusão implementadas nas últimas décadas. A presença significativa de egressos de escolas públicas também corrobora essa tendência, destacando a democratização do ensino superior no país. Furtado e Alves (2012) identificaram que 50% dos estudantes universitários da sua pesquisa vieram de escolas públicas. Em 2018, esse percentual aumentou para 64,7%, demonstrando uma crescente democratização do acesso ao ensino superior, como destaca Mariuzzo (2023).

A variação etária dos estudantes de administração está representada na Figura 1 a seguir. Observou-se alguns *outliers*, que correspondem a estudantes com idades de diferença mais expressiva da média encontrada, que foi 29 anos. A faixa etária preponderante, com 67% dos estudantes abaixo da média mencionada é consistente com o perfil comum de ingressantes no ensino superior brasileiro presumido a partir das informações divulgadas pelo SEMESP: “Os cursos presenciais continuam sendo frequentados por uma maioria de estudantes de até 24 anos (acima de 60% tanto na rede privada quanto na pública)” (SEMESP, p. 20, 2024). No trabalho conduzido por Soares, Rezende e Santos (2012) o intervalo etário encontrado foi similar. Pesquisas indicam que a evasão é mais acentuada nos primeiros anos do curso, sugerindo dificuldades iniciais de adaptação ao ambiente acadêmico (Nierotka, Salata, & Martins, 2023).

A evasão nesse intervalo etário também pode ser relacionada a fatores externos, a exemplo dos citados por Araújo et al. (2023), como a necessidade de conciliar trabalho e estudo,

falta de identificação com o curso escolhido e baixo desempenho acadêmico o que por vezes pode sugerir uma consequência oriunda de um ensino de base precário.

Figura 1. Boxplot distribuição de idades



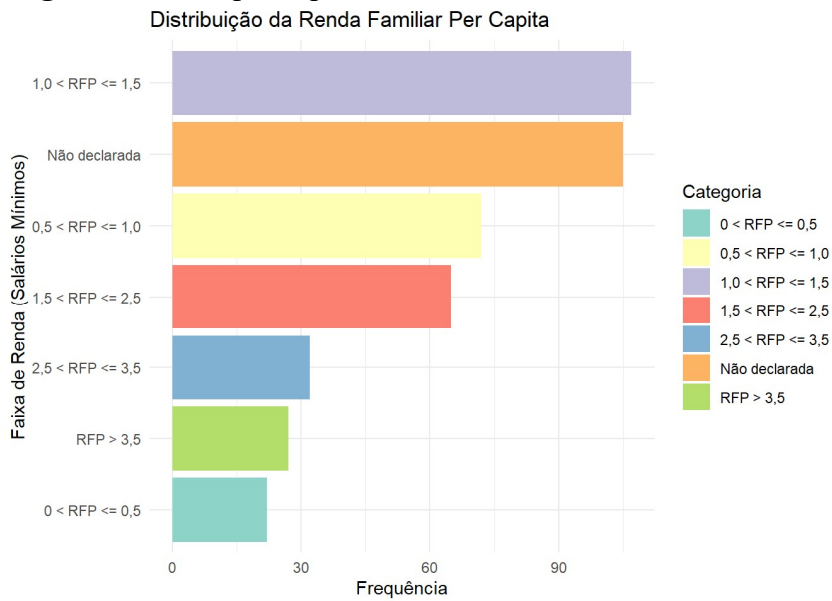
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Já a renda familiar declarada por 60% dos estudantes, que está entre 1 e 2,5 salário-mínimo per capita, sugere que, embora não estejam em situação de extrema pobreza, podem enfrentar desafios financeiros que impactam na continuidade dos estudos. Estudos como o de Araújo et al. (2023) e Rodrigues et al. (2020) ressaltam que dificuldades econômicas está entre os principais motivos para a evasão universitária, seja de impacto direto na decisão ou intrínseco a outro fator.

A saber, a pobreza comumente é associada à insuficiência de recursos para atender às necessidades básicas de uma pessoa ou família, como alimentação, moradia, saúde, educação e vestuário. Alinhado aos indicadores estabelecidos pelo Banco Mundial, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aplica esses critérios ao contexto brasileiro com valores em reais. A situação de pobreza se refere ao rendimento domiciliar por pessoa abaixo de US\$ 6,85 por dia ou R\$ 665 por mês e extrema pobreza a população que sobrevive em domicílios com rendimento mensal per capita de até US\$ 2,15 por dia, ou o equivalente a R\$ 209 por mês (Brasil, 2024).

Essa definição reflete o padrão internacional utilizado para avaliar condições de privação extrema e serve como referência para a formulação de políticas públicas destinadas à redução das desigualdades sociais e à promoção da inclusão econômica. Além disso, esses indicadores são ajustados periodicamente para refletir variações econômicas locais e globais.

A Figura 2, a seguir, apresenta a distribuição por renda familiar per capita declarada.

Figura 2. Renda per capita

O estado civil declarado pelos estudantes também foi uma das características analisadas, revelando que 78,4% dos alunos são solteiros, 11,2% casados e 10,5% não declararam. Esse dado é coerente com a tendência de ingresso no ensino superior ser pelos jovens, inclusive convergindo com o resultado da variável idade já discutida anteriormente pelo presente trabalho e assim como pelo resultado da pesquisa de Furtado e Alves (2012), em que a maioria dos estudantes também declaram ser solteiros (86%), e Feitosa (2016), que apresentou um resultado da análise com faixa etária semelhante e com predominância de estudantes solteiros.

O estado civil pode influenciar tanto na permanência quanto na evasão, pois para estes indivíduos que estão na fase inicial da vida adulta, é admissível o fato de que mesmo não sendo uma regra, exista a tendência de que estes jovens estejam em uma fase transicional e ainda em processo de construção de estabilidade emocional e financeira, identificação de anseios profissionais e pessoais, características mais frequentemente associadas ao estado civil solteiro e conseqüentemente a um cenário de maior flexibilidade e adaptabilidade.

Entretanto, esta fase é muito singular para cada estudante, o que pode ser constatado nas diversas pesquisas que apresentam resultados divergentes entre si que, por vezes, expressa não ter influência, como o caso do estudo de Nierotka, Salata e Martins (2023), mas também cenários de que o estado civil apresenta significância para a decisão de saída, principalmente quando se trata do status casado, e muitas vezes atrelado a outros fatores socioeconômicos e de suporte familiar, como os estudos de Rodrigues et al. (2020), Furtado e Alves (2012) e Nagai e Cardoso (2017).

Com relação aos dados de etnia coletados, observou-se que 42,1% dos estudantes se declaram brancos, 10,9% pretos, 28,6% pardos, 0,5% amarelos e 17,9% não declaram. Acrescentado à pesquisa, houve também a análise quanto às formas de ingresso destes estudantes na instituição: se pela ampla concorrência ou através das vagas reservadas para ações afirmativas. Verificou-se que 44,9% ingressaram através das vagas por ampla concorrência, 28,4% por ações afirmativas e 26% através de outras vias como transferência e obtenção de novo título por exemplo.

O cenário identificado neste estudo difere-se da conjuntura nacional onde “37,0% dos alunos do ensino superior se autodeclararam pretos e pardos” (SEMESP, p. 17, 2024). Entretanto, corrobora com o destaque feito pelo próprio instituto acerca da necessidade “do avanço das políticas públicas de cotas para que as matrículas no ensino superior representem a realidade da população brasileira” já que 55,5% da população brasileira se declarou pretos ou pardas no último Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024).

As políticas de cotas desempenham um papel essencial no aumento da participação de pretos e pardos no ensino superior. Entre 2012 e 2022, a rede pública registrou um crescimento de 11,0 pontos percentuais nas matrículas desses grupos (SEMESP, 2024). Estudos, como o de Feitosa (2016), confirmam esse avanço, evidenciando que 52% dos estudantes analisados em seu trabalho se identificaram como pardos, enquanto 25% se declararam pretos e apenas 19% como brancos. Ainda assim, os resultados da pesquisa atual mostram que, apesar desses progressos, uma sub-representação de pretos (10,9%) e pardos (29%) ainda é evidente.

No contexto da forma de ingresso, os dados revelam que 44,9% dos estudantes entram por ampla concorrência, 28,4% por ações afirmativas e 26% por outras modalidades. Esses números enfatizam a relevância das ações afirmativas para democratizar o acesso à educação superior. Conforme demonstrado por Picanço e Costa (2023), houve uma expressiva diversificação do acesso entre 2003 e 2019, quando a proporção de estudantes negros no ensino superior aumentou de 24,7% para 46,4%. Contudo, a permanência da sobrerrepresentação de estudantes brancos e da sub-representação de pretos nos resultados atuais indica que as políticas de cotas, embora fundamentais, ainda não são suficientes para alcançar a equidade racial.

Além das questões relacionadas ao acesso, a permanência no ensino superior também representa um desafio significativo para estudantes de determinadas etnias. Estudos como o de Nierotka, Salata e Martins (2023) apontam que estudantes negros apresentam um risco de evasão cerca de 30% maior que estudantes brancos, mesmo quando fatores como nível socioeconômico e desempenho acadêmico são controlados. Esses dados revelam que a raça, enquanto um princípio de estratificação social, continua a gerar desigualdades significativas

mesmo entre estudantes que ingressaram no ensino superior. Isso reflete os desafios estruturais enfrentados pelos estudantes negros, como discriminação racial, falta de suporte acadêmico e socioeconômico e barreiras relacionadas ao ambiente institucional.

Um dos fatores analisados foi a procedência habitacional dos estudantes. Verificou-se que 77,9% declaram residir originalmente na mesma localidade do Instituto, a cidade de Passos-MG, enquanto os demais 22,1% são oriundos de outros municípios e regiões tendo que se deslocar diariamente ou de forma temporária para que possam frequentar o curso superior escolhido.

Furtado e Alves (2012) encontraram em seu trabalho que a maior parte dos estudantes da IES costuma ser oriunda da mesma cidade onde se localiza uma instituição, corroborando os dados encontrados na presente pesquisa. Esse padrão sugere que a proximidade geográfica pode ser um fator facilitador para a permanência, redução de custos financeiros e logísticos, bem como o impacto emocional do deslocamento do ambiente familiar.

Por outro lado, Kückelhaus (2017) destacou que a distância entre a cidade de origem e a IES é frequentemente uma barreira significativa para estudantes que optam por abandonar seus estudos. A dificuldade em conciliar as mudanças diárias ou a adaptação à mudança de residência está frequentemente associada a problemas de ordem pessoal e familiar, como a necessidade de retorno ao convívio familiar por questões financeiras ou emocionais.

Além disso, Santos e Garcia (2024) reforçam que a localização das IES em relação ao local de origem dos estudantes é um fator decisivo para a evasão, especialmente quando combinada a outras adversidades pessoais e acadêmicas. A distância física agrava desafios como isolamento social, dificuldades de integração no ambiente acadêmico e custos adicionais, que podem tornar a continuidade dos estudos inviável para parte dos alunos.

Dessa forma, o fator geográfico, embora não seja isoladamente responsável pela evasão, parece amplificar outros elementos que compõem as características, como limitações financeiras, problemas emocionais e falta de apoio familiar o que reforça a necessidade de políticas e mecanismos de apoio sistemático amplo para mitigar possíveis impactos negativos da distância e promover maior equidade no acesso e permanência no ensino superior.

4.2. Resultados Estatísticos – Análise de Regressão Logística

Tal como grande parte das pesquisas acadêmicas, esta pesquisa também apresenta limitações. O principal obstáculo encontrado foi a ausência de informações sobre os alunos para que pudessem ser analisadas e viabilizar a classificação em fatores sociais específicos que

contribuiriam para a formação de um perfil generalizado, porém mais assertivo, acerca do estudante que optou pela evasão.

Além disso, observou-se muitos registros incompletos o que inviabilizou a análise estatística considerando a população total. O modelo de registro acadêmico atual faz uma coleta muito superficial de informações sobre a situação socioeconômica dos estudantes o que dificulta a realização de análises mais profundas e comparativas sobre as tendências e fatores.

Embora a base de dados tenha sido ajustada desconsiderando registros incompletos que comprometeriam a análise, o modelo de regressão logística ainda que adequado aos objetivos da pesquisa, possui capacidade explicativa limitada de acordo com o valor de Pseudo R² de 0,088 encontrado, um resultado comum em análises envolvendo variáveis sociais, que são frequentemente influenciadas por fatores latentes ou difíceis de mensurar. Elementos como apoio psicológico, ambiente acadêmico, motivação pessoal, e políticas institucionais de retenção são exemplos de aspectos que podem desempenhar um papel crucial, mas não foram incluídos na análise.

Os dados disponíveis limitaram-se aos registros acadêmicos gerais, fornecidos sem identificação. Essa restrição inviabilizou a complementação das análises descritivas e qualitativas com métodos como entrevistas ou outras abordagens que poderiam oferecer um entendimento mais profundo e contextualizado do fenômeno em questão.

4.2.1. Variáveis Significativas

Apresentando como significativas as variáveis de renda baixa (0 a 1 salário per capita) e renda média (1 a 2,5 salários per capita), os resultados confirmam o papel crítico da renda como determinante na permanência e conclusão do ensino superior. A evidência de que estudantes de renda baixa (OR=0,11; p=0,013) e média (OR=0,20; p=0,044) têm chances substancialmente menores de formar, em comparação aos de renda alta, é consistente com estudos que destacam as barreiras econômicas enfrentadas por estudantes de classes menos favorecidas. Em seus trabalhos, Ambiel e Barros (2018), Nagai e Cardoso (2017) e Araújo et al. (2023) identificam que fatores financeiros não apenas dificultam o pagamento de custos diretos, como mensalidades e materiais, mas também os custos indiretos e manutenção das necessidades básicas do indivíduo.

Estudantes de baixa renda apresentaram 89% menos chance de formação em comparação com aqueles de renda alta. Este resultado é consistente com estudos como os discutidos no Mapa do Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2024) e trazem como possíveis causas da alta taxa de evasão no país a instabilidade econômica e as políticas públicas defasadas.

Embora expressado por um percentual menor, observou-se que estudantes com renda média também apresentam menor chance de formar (80% menos) em comparação aos de renda superior. Esses dados convergem com as concepções de que, mesmo fora da faixa de extrema vulnerabilidade, as desigualdades econômicas continuam influenciando a trajetória acadêmica, que foram discutidas por Araújo et al. (2023) em sua pesquisa.

Iniciativas de assistência social e políticas públicas de apoio financeiro são lembradas como ações de um papel crucial na manutenção de estudantes nas universidades, especialmente aqueles em condições socioeconômicas desfavoráveis. Essas iniciativas não apenas garantem o acesso à educação superior, mas também promovem a permanência e o desempenho acadêmico, reduzindo as desigualdades sociais e criando oportunidades de ascensão socioeconômica (Almeida, 2019).

Programas como bolsas de estudo, auxílios de transporte, moradia e alimentação, além de financiamento estudantil, são ferramentas essenciais para minimizar os impactos das dificuldades financeiras, contribuindo para a democratização do ensino superior e para o fortalecimento da equidade no sistema educacional. Assim, a permanência universitária deixa de ser um privilégio para poucos, transformando-se em uma possibilidade real para muitos indivíduos.

4.2.2. Variáveis Não significativas

Ainda que outras variáveis analisadas não tenham apresentado significância estatística, é importante discutir seus potenciais impactos, especialmente no contexto de características sociais. Fatores socioeconômicos descritivos, mesmo quando não demonstram relação estatisticamente significativa em análises quantitativas, podem exercer influências sutis e interdependentes que escapam à mensuração direta. Mesmo porque estes fatores interagem entre si e com outros aspectos, moldando comportamentos e resultados sociais de maneira complexa e podem ser de grande contribuição para a formulação de hipóteses futuras e estratégias de intervenção que considerem as nuances das dinâmicas sociais. A Tabela 2 a seguir apresenta o resumo dos resultados obtidos pela regressão linear binária realizada.

Tabela 2. Regressão Linear Binária.

VARIÁVEL	Odds Ratio	p-Valor
Intercepto	1,82	0,679 (NS)
Sexo M	0,72	0,475 (NS)
Origem Pública	1,31	0,823 (NS)
Procedência Local	0,89	0,829 (NS)
Raça Não-Branca	0,73	0,519 (NS)
Ingresso Cotas	2,10	0,130 (NS)
Idades Menor 29	0,58	0,364 (NS)
Civil Solteiro	1,63	0,538 (NS)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

i) Gênero

Na análise da variável sexo, os homens apresentaram uma chance 28% menor de concluir a formação em comparação às mulheres (OR=0,72; p=0,475), o que demonstra uma tendência frequentemente observada em estudos sobre evasão e sucesso acadêmico no ensino superior. Porém, nesse caso específico, o efeito não foi estatisticamente significativo (p>0,05). Isso indica que, para esta amostra ou contexto, o sexo não pode ser considerado um fator determinante na conclusão do curso.

Pesquisas anteriores sugerem que o desempenho acadêmico e as taxas de conclusão tendem a variar entre os gêneros, geralmente favorecendo as mulheres. Estudos como os de Furtado e Alves (2012) e Nierotka, Salata e Martins (2023) destacam que as mulheres frequentemente apresentam maior comprometimento com os estudos e melhor desempenho acadêmico, o que pode contribuir para maiores taxas de conclusão.

No entanto, a ausência de significância estatística na presente análise pode sugerir que outros fatores contextuais estejam influenciando o resultado, pois embora o Odds Ratio (OR=0,72) indique uma tendência que poderia ser relevante em contextos mais amplos, a falta de significância estatística (p=0,475) reforça a necessidade de mais estudos para investigar a influência do gênero no desempenho acadêmico e conclusão dos cursos.

Estudos futuros podem buscar amostras maiores e modelos analíticos mais complexos que considerem interações entre gênero e outros fatores, como raça, idade e condições socioeconômicas, para uma compreensão mais robusta da contribuição da variável gênero para o fenômeno.

ii) Raça

Para que fosse possível seguir com a aplicação do modelo estatístico de forma mais objetiva, foi necessário agrupar as etnias identificadas. Dadas as questões sociais já conhecidas, adotou-se dois grupos para o estudo da variável sendo nomeados de brancos e não brancos. O

resultado obtido no modelo, indicando que indivíduos de raça não branca tiveram 27% menos chance de concluir o ensino superior (OR=0,73; p=0,519), evidencia uma desigualdade educacional que, embora estatisticamente não significativa no presente caso, reflete tendências amplamente discutidas na literatura acadêmica brasileira. Estudos mostram que fatores raciais e socioeconômicos frequentemente se sobrepõem, afetando as trajetórias educacionais de forma complexa (Furtado et al., 2012; Feitosa, 2016).

A questão racial no Brasil, historicamente marcada por desigualdades estruturais, influencia diretamente o acesso e a permanência de estudantes não brancos no ensino superior. A literatura destaca que o racismo estrutural se traduz em menores oportunidades de acesso a recursos educacionais de qualidade, resultando em desvantagens acumuladas ao longo da trajetória educacional (Paula & Picanço, 2024; Neirotko, Salata, & Martins, 2023). Embora políticas públicas, como cotas raciais e sociais, tenham ampliado a presença destas sub-representações nas universidades, a permanência e a conclusão desses estudantes ainda enfrentam desafios significativos (SEMESP, 2024).

O fato de a diferença observada não ter alcançado significância estatística (p=0,519) sugere que, no contexto da amostra analisada, outros fatores podem ser mais determinantes para explicar as taxas de evasão e conclusão. Por exemplo, o perfil socioeconômico, incluindo renda familiar e escolaridade dos pais, é frequentemente apontado como um preditor mais forte de sucesso acadêmico (Santos & Garcia, 2024; Nagaj & Cardoso, 2017).

A ausência de significância estatística não deve, entretanto, ser interpretada como ausência de desigualdade. Pelo contrário, como observado por outros estudos, a correlação entre raça e sucesso educacional é mediada por múltiplas variáveis contextuais que podem mascarar ou diluir efeitos em análises estatísticas específicas (Furtado et al., 2012; Santos et al., 2023). Isso reforça a importância de abordagens interseccionais que considerem simultaneamente fatores raciais, socioeconômicos e culturais na análise das desigualdades educacionais.

iii) Tipo ingresso (ações afirmativas/ampla concorrência)

A análise sobre a relação entre o ingresso por cotas e a evasão no ensino superior é um tema relevante, especialmente no contexto brasileiro, onde políticas de ação afirmativa têm buscado ampliar o acesso de grupos historicamente marginalizados às universidades. No estudo em questão, o resultado obtido (OR=2.10; p=0.130) sugere que estudantes ingressantes por cotas possuem chances maiores de se formar, ainda que a significância estatística não tenha sido alcançada. Esse dado revela uma tendência positiva, mas que carece de maior robustez estatística para generalizações mais amplas.

De acordo com o a edição de 2024 do Mapa do Ensino Superior no Brasil, as políticas de cotas têm contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior, permitindo a inclusão de estudantes de classes sociais menos favorecidas e de grupos raciais historicamente excluídos. Entretanto, a eficácia dessas políticas em termos de permanência e conclusão do curso ainda enfrenta desafios, como condições socioeconômicas adversas e dificuldades acadêmicas, que afetam diretamente a evasão (Araújo et al., 2023).

O fato de o resultado demonstrar uma tendência encorajadora em relação à formação de estudantes cotistas não deprecia a necessidade de estudos adicionais e intervenções mais direcionadas. Políticas que abordem fatores como vias de retenção e conclusão são fundamentais para assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes cotistas além de uma oportunidade de fomentar verdadeiramente a inclusão social e as reparações históricas devidas.

iv) Idade

O estudo em questão indicou que estudantes universitários com menos de 29 anos apresentaram uma chance 42% menor de concluir o curso, embora esse efeito não tenha sido estatisticamente significativo (OR=0,58; p=0,364). O mesmo intervalo também foi expressivo na pesquisa de Soares, Rezende e Santos (2012). A relação entre idade e evasão no ensino superior é complexa, uma vez que os cenários distintos que os indivíduos vivenciam, assim como peso particularizado dos próprios fatores sociais estudados influenciam de formas diferentes e, por vezes, podem mascarar a real tendência.

Conforme discutido por Furtado e Alves (2012), fatores como a falta de maturidade, ausência de planejamento de carreira e dificuldade em lidar com as demandas da vida acadêmica podem influenciar negativamente na permanência dos estudantes mais jovens. Esse público, muitas vezes, enfrenta desafios adicionais relacionados à inserção no mercado de trabalho e à conciliação entre responsabilidades pessoais e educacionais. Além disso, a necessidade de escolher a área de estudo para ingressar ao término do ensino médio pode ter sido realizada de forma prematura perante o momento atual do indivíduo.

Em contrapartida, em sua revisão bibliográfica, Lopes et al. (2023) trazem à luz da literatura atual observações de diversos autores que defendem pontos de vistas diferentes sobre a relevância da idade do estudante frente a decisão de evasão. Ponderando sobre a propensão de evasão em indivíduos com idades maiores ser mais acentuada, tem-se os estudos de Silva (2013) e Durso e Cunha (2018), corroborados pelo resultado de Nierotka, Salata e Martins (2023).

Diante da heterogeneidade de cenários, é possível que a relação entre idade e evasão seja mediada por outros fatores, como experiências profissionais prévias, responsabilidades familiares ou motivações pessoais. A ausência de significância estatística no estudo apresentado ($p=0,364$) indica que, nesse caso específico, a idade por si só não foi um preditor robusto de evasão. Portanto, é fundamental considerar um conjunto mais amplo de variáveis ao analisar os determinantes da evasão universitária.

v) Estado Civil

A relação entre estado civil e a evasão universitária tem sido tema de diversos estudos, mas os resultados nem sempre convergem. O resultado apresentado indica que ser solteiro ($OR=1,63$; $p=0,538$) não teve impacto significativo na formação acadêmica, sugerindo que o estado civil não influenciou a evasão universitária nesse estudo específico. Furtado e Alves (2012) indicam que fatores como estado civil podem estar associados de maneira indireta à evasão, geralmente influenciados por aspectos econômicos ou pelo apoio familiar.

O estado civil, isoladamente, pode não exercer um papel determinante na decisão de permanecer ou abandonar o curso superior. Esta falta de expressividade estatística pode ser compreendida uma vez que, independentemente da formação do núcleo familiar ou meio em que o indivíduo está inserido, a influência das necessidades e responsabilidades para com o núcleo de vivência é denotada em outros fatores sociais, como é evidenciado no trabalho de Araújo et al. (2023).

Entretanto, há estudos como os de Rodrigues et al. (2020) e Nagai e Cardoso (2017) que apresentaram significância estatística direta para o status casado quanto à decisão de evasão, ratificando as especificidades entre amostras de pesquisas e contextos analisados. Porém, no caso analisado, o resultado não significativo reforça a ideia de que variáveis contextuais e acadêmicas possuem maior peso explicativo na análise da evasão.

vi) Procedência escolar e habitacional

Neste estudo, as variáveis procedência escolar ($OR=1,31$; $p=0,823$) e habitacional ($OR=0,89$; $p=0,829$) não tiveram relevância estatística quanto ao efeito significativo na chance de formação dos indivíduos. Entretanto, é sabido que tais características possuem impacto intrínseco a outros fatores pessoais da vida do estudante. O processo habitacional, em particular, está frequentemente associado a desafios relacionados à distância física entre a residência e a instituição de ensino, os quais podem amplificar dificuldades financeiras, emocionais e sociais. Estudos como o de Kückelhaus (2017) e Santos e Garcia (2024) destacam que embora não seja determinante de forma isolada, este fator interage com outras variáveis para influenciar a

decisão de permanência ou evasão. Isso impõe a necessidade de considerar o contexto geográfico como parte das estratégias de apoio acadêmico e institucional.

De forma semelhante, a procedência escolar também desempenha um papel relevante, especialmente no que tange à democratização do acesso ao ensino superior. Furtado e Alves (2012) apontaram em seu trabalho aumento no percentual de estudantes oriundos de escola mostrando uma tendência de ampliação do acesso, corroborando com o Mariuzzo (2023) quanto à contribuição das políticas de inclusão e ações afirmativas para a diversificação do perfil estudantil do ensino superior. Ainda que a procedência escolar não apresente impacto estatisticamente significativo na formação, ela está relacionada a outras variáveis contextuais, como o apoio institucional e a superação de desigualdades socioeconômicas, que também influenciam diretamente a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes.

5. Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a existência de correlação entre as principais características dos alunos que tomam a decisão de evasão do curso de Administração do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Passos. Encontrou-se que a taxa de evasão alcançou 67% ao longo de sua existência. A maioria dos evadidos era composta por mulheres, ex-alunas de escolas públicas, com menos de 29 anos e renda familiar entre 1 e 2,5 salários-mínimos.

A análise das variáveis indicou que a renda foi o único fator com significância estatística na decisão de evasão, destacando o impacto dos fatores socioeconômicos na vida dos estudantes. Embora outras variáveis, como a demografia e o contexto social do Instituto, apresentem tendências importantes, a pesquisa sublinha a necessidade de políticas robustas de assistência estudantil para combater as desigualdades econômicas e promover a permanência dos alunos.

O estudo reforça que a evasão é um fenômeno complexo, exigindo ações integradas que envolvam suporte financeiro, acolhimento pedagógico e assistência institucional para garantir o sucesso acadêmico e um sistema educacional mais inclusivo. Para além de ser um desafio persistente, a evasão no ensino superior revela-se um fenômeno complexo e multifatorial. Este estudo apresenta contribuições ao reforçar a importância de iniciativas integradas que combinem políticas de assistência estudantil, suporte institucional e acolhimento pedagógico. Ao promover ações que visem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico, é possível contribuir para um sistema educacional mais inclusivo e justo, beneficiando tanto os indivíduos quanto o desenvolvimento social e econômico do país.

A evasão no ensino superior tem impactos significativos, não só para os estudantes, que perdem oportunidades, mas também para as instituições e para o país, ao limitar a formação de capital humano e perpetuar desigualdades sociais. Portanto, é importante adotar políticas de apoio, como assistência financeira e suporte psicológico, especialmente para os grupos mais vulneráveis.

Este estudo apresenta limitações, pois o modelo utilizado apresentou um baixo Pseudo R², sugerindo que fatores como desempenho acadêmico, suporte familiar, saúde mental e engajamento institucional não foram completamente capturados. A coleta de dados mais abrangente e precisa é uma estratégia essencial para futuras pesquisas, possibilitando intervenções mais eficazes. Portanto, sugere-se que o estudo seja replicado para ampliar a coleta de dados. Outra sugestão é aplicar o estudo em todos os cursos de Administração do IFULDEMINAS em busca de respostas para a ocorrência do fenômeno da evasão na instituição. Há ainda a sugestão de estudar o fenômeno com ferramentas qualitativas de pesquisa para alcançar respostas que os métodos qualitativos não conseguem captar.

6. Referências

Alcantara, D. G., & Da Silva, L. P. Q. (2024). Evasão universitária em ciências sociais aplicadas: Análise e propostas de intervenção. *Cadernos Cajuína*, 9(4), e249417.

Almeida, M. R. (2019). *A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/items/822143b1-0234-4286-b3b9-2e62438ef19d>

Alves da Cunha, J. V., Martins Mendes de Luca, M., Sampaio Franco de Lima, G. A., Cornacchione Jr., E. B., & Ott, E. (2015). Quem está ficando para trás? Uma década de evasão nos cursos brasileiros de graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9(2), 124-142. DOI: 10.17524/repec.v9i2.1141

Ambiel, R. A. M., & de Oliveira Barros, L. (2018). Relações entre evasão, satisfação com escolha profissional, renda e adaptação de universitários. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 20(2), 254-267. DOI: 10.5935/1980-6906/psicologia.v20n2p254-267.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. (1996). *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf

Araújo, A. C. da C., et al. (2023). Motivos da evasão universitária e serviços de apoio ao estudante. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 24(1), 3-16. DOI: 10.26707/1984-7270/2023v24n0102

Araújo, R. de S., & Silva, P. de S. (2024). A percepção de estudantes do curso de Administração do IFMA de São João dos Patos-MA sobre as dificuldades e desafios de permanência no ensino superior. *Anais do Congresso Nacional de Pesquisas e Práticas em Educação*. Evento online.

Brasil. (2024). Pobreza e extrema pobreza atingem níveis menores da história em 2023. *Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*. <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-menores-niveis-da-historia-em-2023#:~:text=A%20mesma%20tend%C3%Aancia%20foi%20observada,a%20menor%20propor%C3%A7%C3%A3o%20desde%202012>

Durso, S. O., & Cunha, J. V. A. (2018). Determinant factors for undergraduate student's dropout in an accounting studies department of a Brazilian public university. *Educação em Revista*, 34, e186332. DOI: 10.1590/0102-4698186332

Feitosa, J. M. (2016). *Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o Campus de Laranjeiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12013>

Fernandes, A. A. T., et al. (2020). Read this paper if you want to learn logistic regression. *Revista de Sociologia e Política*, 28(74), e006. DOI: 10.1590/1678-987320287406en

Furtado, V. V. A., & Alves, T. W. (2012). Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da UNISINOS. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 10(2), 115-129. DOI: 10.19094/contextus.v10i2.32153

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). Editora Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Editora Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência de Notícias IBGE*. [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Destaques,0%2C4%25\)%2C%20amarelas](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Destaques,0%2C4%25)%2C%20amarelas)

Instituto Semesp. (2024). *Mapa do Ensino Superior* (14a ed.). <https://static.poder360.com.br/2024/05/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-202.pdf>

Lima, M. N. C. A., & A. de A. Fagundes, R. (2020). Educational DataMining: A Study of the Factors That Cause School Dropout in Higher Education Institutions in Brazil. *RENOTE*, 18(1). <https://doi.org/10.22456/1679-1916.105950>

Lobo, M. B. C. M. (2012). Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In C. E. R. Horta (Org.), *Evasão no ensino superior brasileiro* (pp. 9-58). ABMES Cadernos.

Lopes, R., et al. (2023). Fatores associados à evasão de calouros no ensino superior: um estudo com dados da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Revista Brasileira de Educação*, 28, e280042. DOI: 10.1590/S1413-24782023280042

Mariuzzo, P. (2023). Novas cores e contornos na universidade – o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. *Ciência e Cultura*, 75, 01-06. DOI: 10.5935/2317-6660.20230012

Montes, G.C., & Mendes, L. (2021). Effects of violence on school dropout: a panel data analysis to Rio De Janeiro. *The Journal of Developing Areas*, 55(4), 329-354. <https://dx.doi.org/10.1353/jda.2021.0093>.

Nagai, N. P., & Cardoso, A. L. J. (2017). A evasão universitária: uma análise além dos números. *Revista Estudo & Debate*, 24(1). DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v24i1a2017.1271

Nierotka, R. L., Salata, A., & Klitzke Martins, M. (2023). Fatores associados à evasão no ensino superior: um estudo longitudinal. *Cadernos de Pesquisa*, 53, e09961. DOI: 10.1590/198053149961

Paula, G. B. de, & Picanço, F. (2024). Desigualdades após o acesso: origem social e evasão do sistema de ensino superior. *Educação & Sociedade*, 45, e281915. DOI: 10.1590/ES.281915

Penna, J. V. F. (2024). *O impacto do trabalho na performance acadêmica dos estudantes do curso de Administração noturno da Universidade Federal de Ouro Preto* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Ouro Preto]. Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso UFOP. <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/7020>

Picanço, F. S., & Costa, A. L. (2023). Revisitando ações afirmativas. *Revista Vértices*, 25(1), e25118089. DOI: 10.19180/1809-2667.v25n12023.18089

Prestes, E. M. da T., Fialho, M. G. D., & Pfeiffer, D. K. (2014). A evasão no ensino superior globalizado e suas repercussões na gestão universitária. *Sociedade Brasileira de Educação Comparada*, 1-25. https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/eventos/eventos-realizados/60-encontro-internacional-da-sociedade-brasileira-de-educacao-comparada/emilia_maria_prestes.pdf

Rodrigues, L. R., et al. (2020). Evasão no curso de bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Avançado Piumhi. *ForScience*, 8(2), e00730. DOI: 10.29069/forscience.2020v8n2.e730

Roman, N. V., Davidse, P. E., Human-Hendricks, A., Butler-Kruger, L., & Sonn, I. K. (2022). School dropout: Intentions, Motivations and self-efficacy of a sample of South Africa youth. *Youth*, 2(2), 126-137.

Santos, A., et al. (2023). Evasão na Universidade Estadual do Oeste do Paraná: análise através de registros administrativos. *Educação e Pesquisa*, 49, e248553. DOI: 10.1590/S1678-4634202349248553

Santos, D. A., & Garcia, R. P. M. (2024). O fenômeno da evasão de estudantes de graduação: uma pesquisa bibliográfica. *Cadernos Cajuína*, 9(6). DOI: 10.52641/cadcajv9i6.707

Santos, E. G. dos, Soares, A. C., & Rezende, A. M. C. (2012). A evasão no curso de administração: diagnóstico e possibilidades em uma universidade pública no sul do Brasil. *Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração*, Bento Gonçalves, RS, Brasil, 23.

Silva Filho, R. L. L., Motejunas, P. R., Hipólito, O., & Lobo, M. B. C. M. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 641-659. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300007

Silva, G. P. (2013). Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 18(2), 311-333. DOI: 10.1590/S1414-40772013000200005